

"CONCORRÊNCIA Nº 001/2016"

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 01965-P de 10/05/2016.

TIPO: Maior lance ou oferta.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior oferta de UFIR/RJ 2016 por item.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 05/07/2016.

HORÁRIO DE INÍCIO: 10h (dez horas).

LOCAL: Departamento de Licitações, localizado na Sede do Município, à Av. Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ.

1 – PREÂMBULO

1.1 – Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que na Comissão Permanente de Licitação do Município de Comendador Levy Gasparian, localizada na Av. Vereador José Francisco Xavier, nº 01, Centro, Comendador Levy Gasparian/RJ, será realizada, no dia **05/07/2016**, a licitação nº **001/2016**, às **10h (dez horas)**, na modalidade **Concorrência**, do tipo **maior lance ou oferta**, visando à **concessão de direito real de uso de 05 (cinco) áreas municipais para a instalação de 05 (cinco) empresas**, para atender a solicitação da **Secretaria Municipal de Indústria e Comércio**. A licitação procederá conforme autorização da Lei Municipal nº 641, de 18 de maio de 2009, e de acordo com os princípios e normas do Decreto Municipal nº 1.418, de 18 de junho de 2015, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, das demais normas legais e regulamentares aplicadas, bem como das cláusulas e condições estabelecidas neste edital.

1.2 – Os documentos de habilitação e a proposta comercial serão colocados em 02 (dois) envelopes fechados e distintos, com a identificação externa do seu conteúdo, e deverão ser entregues no local, na data e na hora acima indicados. Ambos serão abertos na sessão pública, observado o devido procedimento legal.

1.3 – Todas as declarações exigidas por este edital, a serem firmadas pela licitante, podem ser supridas presencialmente, desde que por quem ostente pertinentes poderes societários.

2 – DO OBJETO

2.1 – **Concessão de direito real de uso de 05 (cinco) áreas municipais para a instalação de 05 (cinco) empresas**, tudo em conformidade com as disposições deste edital e de seus anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU MEI
ANEXO VI	MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

2.2 – As 05 (cinco) áreas de propriedade do Município para a instalação de 05 (cinco) empresas são as seguintes:

2.2.1 – A SER CONCEDIDA 01 (UMA) EMPRESA:

- **Área 1 – uma área de terras constituída pela soma das áreas “L2”, “L8” e “LA”, situada na Estrada União Indústria, km 130, nº 851, Comendador Levy Gasparian, com superfície total de 4.465,87m² (quatro mil e quatrocentos e sessenta e cinco metros e oitenta e sete decímetros quadrados), devidamente registrada no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Três Rios/RJ, sob as matrículas nº 2.383, Livro 2-I, fls. 056; nº 2.635, Livro 2-J, fls. 115; e nº 3.475, Livro 2-M, fls. 134.**

2.2.2 – A SER CONCEDIDA A 01 (UMA) EMPRESA:

- **Área 2 – uma área formada pelos galpões “B1” com 378,48m² (trezentos e setenta e oito metros e quarenta e oito decímetros quadrados) e “B2” com 695,52m² (seiscentos e noventa e cinco metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), totalizando uma área de galpões de 1.074,00m² (um mil e setenta e quatro metros quadrados), respectivamente registrados no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Três Rios/RJ, sob a matrícula nº 2.626, Livro 2-J, fls. 251.**

2.2.3 – A SER CONCEDIDA A 01 (UMA) EMPRESA:

- **Área 3 – uma área de terras constituída pela soma dos lotes “L3”, “L4” e “L5”, situada na Estrada União Indústria, km 130, nº 881, Comendador Levy Gasparian, com superfície total de 4.305,43m² (quatro mil e trezentos e cinco metros e quarenta e três decímetros quadrados), devidamente registrada no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Três Rios/RJ, sob as matrículas nº 2.384, 2.385 e 2.386, Livro 2-I, fls. 57 a 59.**

2.2.4 – A SER CONCEDIDA A 01 (UMA) EMPRESA:

- **Área 4 – uma área de terras designada ÁREA “A6”, situada na Estrada União Indústria, km 131, nº 180, Comendador Levy Gasparian, medindo 434,20m² (quatrocentos e trinta e quatro metros e vinte decímetros quadrados), devidamente registrada no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Três Rios/RJ, sob a matrícula nº 1.882, Livro 2-G, fls. 079.**

2.2.5 – A SER CONCEDIDA A 01 (UMA) EMPRESA:

- **Área 5 – uma área de terras designada ÁREA “A5”, situada na Estrada União Indústria, km 131, nº 160, Comendador Levy Gasparian, medindo 668,00m² (seiscentos e sessenta e oito metros quadrados), devidamente registrada no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Três Rios/RJ, sob a matrícula nº 1.882, Livro 2-G, fls. 079.**

2.3 – Demais especificações do objeto encontram-se dispostas no **Termo de Referência - Anexo I** deste edital.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação:

3.1.1 – Pessoas jurídicas regularmente constituídas no exercício legal e regular de suas atividades e idôneas; e

3.1.2 – Que comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

3.2 – Não poderão concorrer neste certame as empresas:

3.2.1 – Suspensas temporariamente de participação em licitação e impedidas de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do art. 87, da Lei nº 8.666/93;

3.2.2 – Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer esfera da Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93;

3.2.3 – Em consórcio ou grupo de empresas;

3.2.4 – Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III, do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.3 – A participação no presente certame implicará na aceitação total de todas as condições do presente edital.

4 – DA HABILITAÇÃO

4.1 – Os documentos de habilitação previstos neste item deverão estar acondicionados em envelope opaco e fechado no qual se identifique, externamente, o nome **“ENVELOPE DE HABILITAÇÃO”**, o nome da Prefeitura, razão social da licitante, a modalidade, o número e a data da licitação.

4.2 – Os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas por cartório competente ou conferidos por um dos membros da Comissão Permanente de Licitação do Município, que em qualquer das hipóteses ficarão retidos nos autos. **Os que forem de emissão da própria proponente, deverão ser redigidos em papel timbrado da licitante, datados e assinados por seu representante legal.** A exibição do **documento original** a CPL dispensa a autenticação em cartório.

4.3 – Do Certificado de Registro Cadastral

4.3.1 – O Certificado de Registro Cadastral do Município de Comendador Levy Gasparian, expedido pela Comissão Permanente de Licitação, poderá ser apresentado **opcionalmente** pelas licitantes em substituição aos documentos para habilitação jurídica e regularidade fiscal, desde que esteja em seu prazo de validade, bem como os documentos ali elencados. Os demais documentos exigidos para a habilitação deverão ser apresentados.

4.3.2 – Não serão aceitos para fins de habilitação no presente certame, os Certificados de Registro Cadastral expedidos por outros órgãos públicos que não a Prefeitura do Município de Comendador Levy Gasparian.

4.4 – Da Habilitação Jurídica

4.4.1 – Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária.

4.4.2 – Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples.

4.4.3 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração.

4.4.3.1 – Caso os responsáveis não constem no contrato social, documento que indique a responsabilidade pela administração.

4.4.4 – No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.

4.4.5 – Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

4.4.6 – Carteira de identidade e CPF do representante legal que assinará o termo de contrato.

4.5 – Microempresas e empresas de pequeno porte

4.5.1 – Para fins deste edital, as microempresas e as empresas de pequeno porte serão identificadas como **MPE**.

4.5.2 – As MPEs, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar declaração de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º, do art. 3º, da referida Lei (**ANEXO V**).

4.5.2.1 – A licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos cível, penal e administrativamente.

4.6 – Da Regularidade Fiscal

4.6.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF).

4.6.2 – Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativa à Seguridade Social (INSS), exigida no artigo 47, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores, ou outra equivalente, na forma da lei, devidamente comprovada documentalmente pela licitante.

4.6.3 – Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF).

4.6.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.

4.6.5 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei.

4.6.5.1 – Para as empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual deverão ser as expedidas pela Procuradoria Geral do Estado.

4.6.6 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovada documentalmente pela licitante.

4.7 – Microempresas e empresas de pequeno porte

4.7.1 – A comprovação de regularidade fiscal da MPE somente será exigida no caso de virem a ser a adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.7.2 – A MPE deverá, no entanto, apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição (art. 43, da LC nº 123/2006).

4.7.3 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à MPE o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.7.4 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.8 – Da Regularidade Trabalhista

4.8.1 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), instituída pela Lei Federal nº 12.440/11.

4.9 – Da Vistoria

4.9.1 – Atestado de Vistoria expedido pela **Secretaria Municipal de Indústria e Comércio**, comprovando que a licitante, **por meio de representante devidamente credenciado pela empresa, portando documento de identidade**, vistoriou as áreas e tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias ao cumprimento das obrigações desta licitação.

4.10 – Da Qualificação Econômico-Financeira

4.10.1 – Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.11 – Da Declaração Relativa a Trabalho de Menores

4.11.1 – Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal e do inciso V, artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2.002, nos moldes do **Anexo IV**.

4.12 – Demais Documentos

4.12.1 – Declaração emitida pela licitante de que deverá iniciar as obras eventualmente necessárias para sua instalação no local no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contados da assinatura do contrato, e que dará início a efetivação dos empregos no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**.

OBSERVAÇÃO: Os prazos citados acima, poderão ser prorrogados por igual período, a critério da Administração, mediante solicitação formal da empresa vencedora, devidamente justificada.

4.12.2 – Relatório emitido pela licitante discriminando as atividades que pretende desempenhar no local, além de **declarar** que as referidas atividades não constituem risco ambiental.

4.12.3 – Declaração emitida pela licitante com o compromisso de manter durante a vigência do contrato, direta ou indiretamente no local cedido, sob pena de rescisão do mesmo, o seguinte número médio de empregos anual para pessoas residentes no Município:

Área 1 - 15 (quinze) empregos;

Área 2 - 12 (doze) empregos;

Área 3 - 30 (trinta) empregos;

Área 4 - 05 (cinco) empregos; e

Área 5 - 05 (cinco) empregos.

4.13 – Qualquer pessoa poderá assistir e acompanhar o ato licitatório, porém só terão direito a manifestação oral ou escrita as pessoas credenciadas pelas empresas participantes. O credenciamento se fará por **procuração** ou **carta de credenciamento (Anexo III)** emitido pela licitante), a qual deverá conferir poderes ao procurador ou credenciado para interpor recurso ou desistir de recorrer, tanto na fase de habilitação, quanto na fase classificatória das propostas, bem como de apresentar proposta de oferta superior àquela considerada vencedora (Lei

Complementar 123/06). A falta de representante credenciado não impede a participação no torneio, mas a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante.

4.13.1 – No caso do representante legal da empresa, o Contrato Social comprovará o vínculo com a licitante.

4.13.2 – O representante legal ou credenciado deverá apresentar documento que comprove a sua identidade.

4.13.3 – O Contrato Social, a procuração ou a carta de credenciamento, bem como o documento de identidade, deverão ser entregues a Presidente da CPL **FORA DOS ENVELOPES**.

4.14 – Qualquer pessoa poderá entregar os documentos de habilitação e as propostas comerciais de mais de uma licitante, porém nenhuma pessoa ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma licitante junto a Comissão, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

4.15 – Os documentos valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por **90 (noventa) dias**, contados de sua expedição.

4.16 – A Comissão Permanente de Licitação verificará, se for o caso, a autenticidade dos documentos trazidos pelas licitantes nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

4.17 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da licitante, com o número do CNPJ;

b) Em nome da sede (matriz), se a licitante for a sede (matriz);

c) Em nome da filial, se a licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

5 – DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 – O envelope de proposta deverá ser opaco, devidamente fechado e com o título “**ENVELOPE DE PROPOSTA**”, além de constar o nome da Prefeitura, razão social da licitante, a modalidade, o número e a data da licitação.

5.2 – No “**ENVELOPE DE PROPOSTA**” deverá conter o seguinte documento:

5.2.1 – Proposta Comercial (**Anexo II**) devidamente preenchida, ou seja, todos os dados solicitados no documento **DEVERÃO** ser preenchidos, observando os requisitos do subitem 5.3.

5.3 – Na elaboração da proposta deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) Redigida em 01 (uma) via, **IGUAL** ao modelo padronizado, em papel timbrado da empresa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas;

b) Contemplar a quantidade em UFIR/RJ 2016 ofertada para cada área, que não poderá ser inferior a fixada no Termo de Referência - Anexo I deste edital;

c) Consignar a quantidade de UFIR/RJ 2016 em algarismo e por extenso;

d) Para as áreas que não houver oferta mencionar **N/C (não cotado);**

e) Indicação do prazo de validade da proposta comercial, que será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega à Presidente da CPL;

f) Local e data;

g) Suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada com identificação pelo representante legal.

5.4 – Todos os dados solicitados na elaboração da proposta comercial deverão ser preenchidos. A **ausência** de qualquer especificação exigida poderá acarretar a sua desclassificação automática.

5.5 – Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

6 – DO JULGAMENTO

6.1 – No dia e no local indicados neste edital, a Comissão receberá, em envelopes distintos, devidamente fechados e identificados, os documentos exigidos para a **habilitação** e a **proposta comercial**.

6.1.1 – Não serão recebidos envelopes após o término do horário estipulado no preâmbulo deste edital, ainda que enviados através dos correios ou por outro serviço de entrega ou de remessas expressas. A Prefeitura Municipal de Comendador Levy Gasparian não se responsabilizará por prejuízos advindos de quaisquer atrasos na entrega dos envelopes.

6.2 – Em seguida, serão observados os seguintes procedimentos:

6.2.1 – Abertura dos envelopes relativos a documentação de habilitação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as licitantes cuja documentação não satisfizer as exigências deste edital. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento;

6.2.2 – Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes ao direito de recorrer, a Comissão devolverá, fechados, os envelopes de proposta comercial as licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subsequentes;

6.2.3 – A Comissão abrirá os envelopes de proposta das licitantes habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste edital;

6.2.4 – Depois de abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões;

6.2.5 – As propostas serão classificadas pela ordem decrescente da quantidade de UFIR/RJ 2016 ofertadas e aceitáveis. Em caso de empate, far-se-á sorteio na mesma sessão de julgamento, nos termos do artigo 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2.6 – **Será assegurada a MPE, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) inferiores à proposta com a maior oferta, observado o seguinte procedimento:**

6.2.6.1 – A MPE mais bem classificada poderá apresentar proposta superior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.2.6.2 – Não ocorrendo a contratação da MPE, na forma do subitem 6.2.6.1, serão convocadas as remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 6.2.6, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.2.6.3 – No caso de serem idênticas as ofertas apresentadas pela MPE que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.2.6, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro lugar poderá apresentar melhor oferta;

6.2.6.4 – A não-contratação nos termos previstos no subitem 6.2.6, ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora;

6.2.6.5 – O disposto no subitem 6.2.6 somente será aplicado quando a maior oferta não tiver sido apresentado por MPE.

6.3 – O critério de julgamento da presente licitação será o de **maior oferta de UFIR/RJ 2016 por item**, desde que atendidas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.3.1 – **Para efeito do disposto no subitem acima, as ofertas das licitantes não poderão ser inferiores as estipuladas pelo Município e consignadas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.**

6.4 – Serão desclassificadas as propostas que alterem, descaracterizem ou desatendam as especificações do objeto, independentemente da quantidade de ofertas.

6.5 – Serão desclassificadas as propostas que apresentarem ofertas inferiores as fixadas no **Termo de Referência - Anexo I deste edital.**

6.6 – Da decisão do julgamento das propostas caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento.

6.7 – Encerrada a fase de julgamento das propostas pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes ao direito de recorrer, a Comissão declarará a vencedora do certame.

6.8 – O julgamento do certame será realizado em tantas sessões públicas quantas forem necessárias para o completo exame dos documentos e propostas, sempre com a lavratura da respectiva ata circunstanciada, assinada pelas licitantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação.

7 – DO CONTRATO

7.1 – Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada, para, dentro de **05 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato, pelo qual se obrigará ao fiel cumprimento de sua proposta, das demais disposições desta licitação e da legislação vigente.

7.1.1 – O prazo estabelecido para convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, se aceitas pelo Município as justificativas apresentadas.

7.2 – A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao Município convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.3 – A empresa vencedora deverá comprovar no ato da assinatura do contrato que efetuou depósito na conta corrente do Município do valor correspondente a quantidade de UFIR/RJ 2016 ofertada na proposta comercial.

7.4 – A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato caberão ao Concedente, que a seu critério e por meio de **fiscal** designado pela **Secretaria Municipal de Indústria e Comércio**, deverá exercê-los de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases do contrato.

7.5 – O Concedente poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no seu art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste edital.

7.6 – Findo o prazo da concessão, ou ocorrendo a rescisão ou resolução do contrato, fica a Concessionária obrigada a restituir as áreas concedidas, acrescidas de todas as benfeitorias nelas existentes à época, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação se houver, ou da publicação do ato administrativo competente, sem qualquer ônus para o Concedente.

7.7 – O prazo do contrato é de **10 (dez) anos**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

7.8 – A Concessionária manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

7.9 – O contrato não poderá ser objeto de alienação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem anuência expressa do Concedente, conforme disposto no § 1º, do art. 6º, da Lei Municipal nº 641/2009.

7.10 – O foro do contrato será o da Comarca de Três Rios.

8 – DA PENALIDADE

8.1 – A não observação dos prazos e condições previstos na contratação, resultará na imediata reversão das áreas ao patrimônio do Concedente, acrescidas de todas as benfeitorias, sem que caiba a Concessionária o direito de retenção e indenização de qualquer espécie.

9 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1 – As obrigações e responsabilidades das partes estão estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo VI.

10 – DO VALOR E DO RECOLHIMENTO DA OFERTA

10.1 – O valor da oferta corresponderá ao valor da quantidade de UFIR/RJ 2016 ofertada pela empresa vencedora na proposta comercial, e deverá ser recolhida mediante depósito na conta corrente do Município, em parcela única, como condição para assinatura do termo de contrato.

11 – DA VISTORIA

11.1 – A vistoria poderá ser realizada em uma das datas abaixo, com servidor da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, devendo ser observado o disposto no subitem **4.9.1** do edital:

- **1ª Visita:** Dia **15/06/2016**, às 10 horas, com tolerância máxima de **15 (quinze) minutos**, saindo da Sede do Município;
- **2ª Visita:** Dia **22/06/2016**, às 10 horas, com tolerância máxima de **15 (quinze) minutos**, saindo da Sede do Município;
- **3ª Visita:** Dia **29/06/2016**, às 10 horas, com tolerância máxima de **15 (quinze) minutos**, saindo da Sede do Município.

12 – DAS INFORMAÇÕES

12.1 – O Departamento de Licitações prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento, das 08h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, no endereço mencionado no subitem 1.1 deste edital, ou pelos telefones (24) 2254-2136 e (24) 2254-1326.

13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – A participação na presente licitação implica no conhecimento das características físicas das áreas, as quais serão licitadas e entregues no estado em que se encontram.

13.1.1 – Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões das áreas poderá ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para compensação ou modificação no contrato.

13.2 – A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento.

13.2.1 – Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município no endereço <http://rj.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/comendadorlevygasparian> e no site do Município no endereço eletrônico <http://levygasparian.rj.gov.br>.

13.3 – As impugnações interpostas serão dirigidas à Procuradoria Geral, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, e entregues no Setor de Protocolo do Município, situado na Sede do Município, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, das 08h às 13:30h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada no edital para a abertura dos envelopes.

13.3.1 – A Comissão Permanente de Licitação antes da realização da sessão, encaminhará cópia da resposta das impugnações interpostas para todos os interessados através de e-mail ou fax.

13.3.2 – Decairá do direito de impugnar os termos do edital perante a Administração, a licitante que os tendo aceitado sem objeção, venha a apontar depois da abertura dos envelopes, falhas ou irregularidades que o viciou, hipótese em que a comunicação não terá efeito de recurso.

13.4 – Os recursos administrativos serão dirigidos à Procuradoria Geral do Município, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, protocolados na Sede do Município, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, sendo processados e julgados na conformidade do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.4.1 – Os recursos e as contrarrazões deverão estar devidamente fundamentados e assinados por representante legal da licitante, sendo inadmissível em qualquer hipótese, a interposição de recursos via fax ou via e-mail.

13.5 – Decorrido o prazo legal sem interposição de recursos contra a decisão da Comissão de Licitação, ou decididos os recursos interpostos, o Prefeito do Município de Comendador Levy Gasparian, adjudicará o objeto a licitante vencedora e homologará a licitação.

13.6 – É facultada à Comissão e a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

13.7 – Poderá a Prefeitura do Município de Comendador Levy Gasparian deixar de contratar com a proponente melhor classificada, se tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que comprometa a idoneidade financeira ou a capacidade técnica ou administrativa da adjudicatária, sem que a esta caiba o direito de indenização ou reembolso, seja a que título for.

13.8 – A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

13.9 – Os dispositivos que se referem à microempresa, aplicam-se extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do § 2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

13.10 – Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 8.666/93, dos princípios de direito público, e, subsidiariamente, outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

13.11 – A Comissão Permanente de Licitação no interesse da Administração, poderá sanar e/ou relevar omissões ou erros puramente formais, observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

13.12 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.13 – Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município no endereço ***<http://rj.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/comendadorlevygasparian>***.

Comendador Levy Gasparian, 18 de maio de 2016.

***Rosane Maria Marques de Andrade
Comissão Permanente de Licitação
Presidente***